



Demonstrações Contábeis Regulatórias

Lest Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente



Lest Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as Demonstrações contábeis regulatórias.....	1
Demonstrações contábeis regulatórias	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente.....	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias.....	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Acionistas, Diretores e Administradores da
Lest Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Lest Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela diretoria com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa no 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

A Lest Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 15 de março de 2024.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 08 de abril de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F



Roberto Cesar Andrade dos Santos
Contador CRC RJ-093771/O

Balço patrimonial
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	16.458	19.195
Contas a receber de clientes	5	7.690	5.365
Tributos a recuperar		1.009	1.259
Outros ativos circulantes		334	127
Total do Ativo Circulante		25.491	25.946
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Tributos a recuperar		112	112
Depósitos judiciais e cauções		602	-
Imobilizado	6	297.175	307.907
Intangíveis	7	7.222	7.222
Total do Ativo Não Circulante		305.111	315.241
Total do Ativo		330.602	341.187
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	8	5.138	8.469
Empréstimos	9	13.952	6.108
Debêntures	10	1.915	437
Dividendos a pagar	11	11.487	8.602
Imposto de renda e Contribuição social a pagar	12	598	570
Provisão contingente	13	-	357
Outros passivos circulantes		1.152	826
Total Passivo Circulante		34.242	25.369
Não Circulante			
Empréstimos	9	196.195	210.349
Debêntures	10	35.719	36.065
Provisão contingente	13	741	-
Total Passivo Não Circulante		232.655	246.414
Patrimônio Líquido			
Capital social	14	148.043	148.043
Reserva legal	14	13.267	10.828
Reserva de lucros	14	130.279	113.632
Prejuízos acumulado	14	(227.884)	(203.099)
Total Patrimônio Líquido		63.705	69.404
Total Passivo e do Patrimônio Líquido		330.602	341.187

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstração do resultado
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	15	63.266	56.761
Custos dos bens construídos e serviços prestados	16	(14.361)	(14.555)
Resultado operacional bruto		48.905	42.206
Despesas e receitas operacionais			
Outras despesas e receitas operacionais	17	(1.630)	(2.177)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		47.275	40.029
Despesas financeiras	18	(23.291)	(27.130)
Receitas financeiras	18	3.101	1.470
Resultado financeiro líquido		(20.190)	(25.660)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social			
Contribuição social	12	(998)	(778)
Imposto de renda	12	(2.083)	(1.539)
Lucro líquido do exercício		24.004	12.052

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações contábeis regulatórias.



Demonstração do resultado abrangente
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	24.004	12.052
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	24.004	12.052

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízo acumulado	Reserva de lucros	Reserva legal	Resultado do exercício	Total
Saldo em 01 janeiro 2022	70.875	(178.930)	97.554	9.017	-	(1.484)
integralização de capital	77.168	-	-	-	-	77.168
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	12.052	12.052
Constituição de reservas	-	(27.619)	25.808	1.811	-	-
Dividendos pagos	-	-	(9.730)	-	-	(9.730)
Dividendos propostos	-	(8.602)	-	-	-	(8.602)
Absorção prejuízo acumulado	-	12.052	-	-	(12.052)	-
Saldo em 31 dezembro 2022	148.043	(203.099)	113.632	10.828	-	69.404
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	24.004	24.004
Constituição de reservas	-	(37.201)	34.762	2.439	-	-
Dividendos pagos	-	-	(18.115)	-	-	(18.115)
Dividendos propostos	-	(11.588)	-	-	-	(11.588)
Absorção prejuízo acumulado	-	24.004	-	-	(24.004)	-
Saldo em 31 dezembro 2023	148.043	(227.884)	130.279	13.267	-	63.705

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstração dos fluxos de caixa
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		27.085	14.369
<i>Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:</i>			
Depreciação - imobilizado		10.764	9.565
Juros sobre empréstimos tomados	9	14.852	18.774
Juros sobre debêntures tomados	10	3.638	3.737
Baixa de Imobilizado	6	-	9
Provisão (reversão) de contingências	13	384	(511)
Rendimento sobre aplicação financeira		-	(1.470)
Lucro ajustado		56.723	44.473
Variações dos Ativos e Passivos operacionais			
Contas a receber de clientes		(2.325)	(1.215)
Depósitos judiciais		(601)	-
Tributos a recuperar		(372)	(650)
Outros ativos		(207)	100
Fornecedores e outras contas a pagar		(3.331)	(287)
Outros passivos		326	(58)
Imposto de renda e contribuição social pagos	12	(2.432)	(1.949)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		47.781	40.414
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Recursos provenientes de adiantamento p/ futuro aumento de capital		-	5.000
Aquisição de imobilizado	6	(32)	(6)
Aplicações financeiras e recursos financeiros		-	1.470
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimentos		(32)	6.464
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de empréstimos	9	(5.879)	(5.571)
Juros pagos de empréstimos	9	(15.283)	(21.025)
Pagamento de debêntures	10	(559)	-
Juros pagos de debêntures	10	(1.947)	(1.860)
Dividendos pagos	11	(26.818)	(9.730)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(50.486)	(38.186)
(Redução) Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa		(2.737)	8.692
Varição do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		19.195	10.503
No final do exercício		16.458	19.195
(Redução) Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa		(2.737)	8.692

As notas explicativas parte integrante das Demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

1.1. Objeto social

A Lest - Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 01 de fevereiro de 2016 e domiciliada na Praia de Botafogo, 440, sala 1.801, Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

O objeto social é a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e sobressalentes, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica caracterizadas no anexo 6-13 do Edital do leilão nº 05/2016-ANEEL.

1.2. Concessão

Em 24 de abril de 2017, a Lest - Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A., denominada Concessionária de transmissão, com a interveniência e anuência da Vinci Infra Transmissão Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, detentora de 59,99% de suas ações ordinárias, da Vinci Infra Coinvestimento | Fundo de investimento em Participações em Infraestrutura, detentora de 40% de suas ações ordinárias, e da CMN Solutions A026 Participações S.A. detentora de 0,01% de suas ações ordinárias, foi declarada vencedora do Leilão Público n.º 005/2016-ANEEL, realizado pelo BM&FBOVESPA.

Em 11 de agosto de 2017, a Companhia assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, o Contrato de Concessão nº 033/2017, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos.

As instalações de transmissão nos estados de Alagoas, Pernambuco e Sergipe, são compostas pela Linha de Transmissão Paulo Afonso IV - Luiz Gonzaga, bloco I, em 500 kV, circuito dois, circuito simples, com extensão aproximada de 38 km, com origem na Subestação Paulo Afonso IV e término na Subestação Luiz Gonzaga; pela Linha de Transmissão Xingó - Jardim, em 500 kV, bloco II, circuito dois, circuito simples, com extensão aproximada de 160 km, com origem na Subestação Xingó e término na Subestação Jardim; entrada de linhas, interligação de barramentos, equipamentos de compensação reativa; conexões de reatores, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Concessão--Continuação

Na prestação do serviço público de transmissão, deverão ser atendidos os procedimentos de rede e suas revisões, as cláusulas estabelecidas no contrato de prestação de serviço de transmissão, celebrado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, contendo as condições técnicas e comerciais para disponibilizar as suas instalações de transmissão para a operação interligada.

1.3. Encargos regulamentares

Conforme instituído pelo art.13 da lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizados, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas.

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

2. Apresentação das Demonstrações contábeis regulatórias

2.1. Base de elaboração e apresentação

Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2022

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes contidas no Manual da Contabilidade do Setor Elétrico ("MCSE"), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica por meio da Resolução Normativa nº 933/2021, de 28 de maio de 2021.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

Financeiras estatutárias da concessionária. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos.

Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. No entanto, a base para apuração fiscal corrente e dos dividendos é o lucro apurado com base nas práticas contábeis societárias e divulgado nas demonstrações contábeis regulatórias da Companhia.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa, apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

A emissão das demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada pela diretoria em 08 de abril de 2024.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis regulatórias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas Demonstrações contábeis regulatórias são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real (R\$) e foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As Demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das Demonstrações contábeis regulatórias, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

3. Principais práticas contábeis regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

Dado o não posicionamento da ANEEL quanto a adoção e convergência dos Pronunciamento Técnico CPC 48 (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 9) e Pronunciamento Técnico CPC 47 (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 15), com vigência a partir de janeiro de 2018, bem como quanto ao Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 16), com vigência a partir de janeiro de 2019, além das particularidades entre a contabilidade regulatória e a contabilidade societária prevista no MCSE. As práticas contábeis utilizadas são as mesmas descritas no item 3 das Demonstrações contábeis, exceto quanto ao se estabelece abaixo:

Ativos e passivos financeiros setoriais: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a Companhia contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da Companhia, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à concessão: São representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Juros e encargos financeiros: são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação.

3.1. Instrumentos financeiros

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros

i) *Classificação e mensuração*

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

i) *Classificação e mensuração*--Continuação

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

i) Classificação e mensuração--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é Reapresentado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são Reapresentados para o resultado.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

i) Classificação e mensuração--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

i) *Classificação e mensuração*--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Avaliação do modelo de negócio

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que se espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

i) *Classificação e mensuração*--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros--Continuação

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

b) Passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2023, compreendem saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Passivos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado - após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento: um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

3.3. Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.4. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às Demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

3.5. Dividendos

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante, e são calculados conforme previsto no Art.202, I da lei das S.A. “Art. 202.os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto ou, se este for omissivo, a importância determinada de acordo com as seguintes normas:

“I - Metade do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores:

a) importância destinada à constituição da reserva legal (art. 193); e

b) importância destinada à formação da reserva para contingências (art. 195) e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores;”

3.6. Contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a operação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

3.7. Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável.

3.8. Demais ativos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

3.9. Demais ativos circulantes e não circulantes--Continuação

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.9. Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito.

3.10. Despesas operacionais

As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência. A companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros.

3.11. Imposto de renda e contribuição social

a) Correntes

O imposto de renda é apurado sobre a base presumida na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre a base presumida reconhecida pelo regime de competência.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

3.12. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

a) Correntes--Continuação

Diferidos

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes

3.13. Impostos sobre a receita

a) Impostos sobre serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

3.14. Despesas e receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

3.14. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil, que é estimada conforme as taxas anuais estabelecidas pela ANEEL através da Resolução nº 367 em vigor desde 2 de junho de 2009, ou pelo tempo máximo do contrato (CER), dos dois o menor.

3.15. Pronunciamentos novos ou aplicados pela primeira vez em 2023

3.15.1 Pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu novas normas e revisões as normas já existentes.

As alterações dos pronunciamentos que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023 não produziram impactos relevantes nas Demonstrações contábeis regulatórias, sendo as principais:

Norma	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
CPC 50 - Contratos de Seguros	IFRS 17	01.01.2023
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis regulatórias	IAS 1	01.01.2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	IAS 8	01.01.2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	IAS 12	01.01.2023

3.15.2 Pronunciamentos contábeis ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das Demonstrações contábeis regulatórias da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

3.15. Pronunciamentos novos ou aplicados pela primeira vez em 2023--Continuação

3.15.1 Pronunciamentos contábeis ainda não vigentes--Continuação

A Companhia não espera impactos relevantes decorrentes da adoção das referidas normas.

Norma	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
CPC 06 - Arrendamentos	IFRS 16	01.01.2024
CPC 26 (R1) Apresentação das Demonstrações contábeis regulatórias	IAS 1	01.01.2024
CPC 03 (R1) Demonstrações do fluxo de caixa	IFRS 7	01.01.2024

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas Demonstrações contábeis regulatórias Companhia.

3.16. Outras considerações sobre os valores correspondentes

Certos valores correspondentes do balanço patrimonial referentes a 31 de dezembro de 2022, apresentados nas demonstrações contábeis para fins de comparação, foram reclassificados para melhor comparabilidade, em função dos seguintes itens:

(a) Outras reclassificações para melhor apresentação.

	31/12/2022 Divulgado	Ajuste	31/12/2022 Reclassificado
Ativo			
Despesas antecipadas (a)	122	(122)	-
Depósitos judiciais e cauções (a)	5	(5)	-
Outros ativos circulantes (a)		127	127
Ativo circulante	25.946	-	25.946
Ativo não circulante	315.241	-	315.241
Ativo Total	341.187	-	341.187

4. Caixa e equivalentes de caixa

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa	4	-
Banco	116	107
Aplicação financeira (i)	16.338	19.088
Total	16.458	19.195

- (i) Refere-se a aplicações financeiras em cotas de fundo de investimento, não exclusivo, administrado pelo Banco Itaú (Itaú CORP Plus RF Referenciado DI – FIC) e pelo Banco do Nordeste (BNB FIC FI RF REF DI), que tiveram no ano de 2023, remuneração média referenciado ao CDI de 98,05% (2022 96,75%). A carteira de fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras.

5. Concessionárias e permissionárias

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Concessionárias e permissionárias (a)	6.357	5.365
CDE (b)	1.333	-
Total	7.690	5.365

- (a) O saldo apresentado refere-se ao faturamento da RAP, com vencimentos de: R\$521 em 05/01/2024, R\$519 em 15/01/2024, R\$4.166 em 25/01/2024, R\$519 em 05/02/2024 e R\$632 provenientes de créditos a serem recebidos.
- (b) CDE refere-se a uma bonificação que a CCEE nos paga por adimplência e possuímos três meses em aberto os quais receberemos no decorrer do próximo exercício.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
 31 de dezembro de 2023 e 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Imobilizado

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto de alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

A composição do imobilizado em 2023 é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço – R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação e amortização	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições	Valor Bruto em 31/12/2023	Depreci. / Amort.	Depreci. / Amort. Acumulada	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Transmissão								
Edificações, serviços civis e benfeitorias	3,55%	609	-	609	(21)	(67)	542	563
Máquinas e equipamentos	3,63%	327.859	-	327.859	(10.730)	(31.280)	296.579	307.309
Administração								
Equipamentos de informática	20,00%	57	26	83	(13)	(35)	48	35
Móveis e utensílios	20,00%	-	6	6	-	-	6	-
Subtotal		328.525	32	328.557	(10.764)	(31.382)	297.175	307.907

O valor líquido do ativo imobilizado é como segue:

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	31/12/2023		31/12/2022	
		Bruto	Depreciação e Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Transmissão					
Edificações, serviços civis e benfeitorias	3,55%	609	(67)	542	563
Máquinas e equipamentos	3,63%	327.859	(31.280)	296.579	307.309
Administração					
Equipamentos de informática	20,00%	83	(35)	48	35
Móveis e utensílios	20,00%	6	-	6	-
Subtotal		328.557	(31.382)	297.175	307.907

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
 31 de dezembro de 2023 e 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Intangível

Intangível - R\$ Mil	Taxas anuais médias de amortização	Valor Bruto em 31/12/2022	Valor Bruto em 31/12/2023	Amortização Acumulada	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Ativo Intangível em Serviço						
Transmissão						
Servidões	0,00%	7.222	7.222	-	7.222	7.222
Subtotal		7.222	7.222	-	7.222	7.222

Transmissão	Taxas anuais médias de depreciação (%)	31/12/2023		31/12/2023	31/12/2022
		Bruto	Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Servidões	0,00%	7.222	-	7.222	7.222
Subtotal		7.222	-	7.222	7.222
Em curso					
Servidões	0,00%	-	-	-	-
Subtotal		-	-	-	-
Total		7.222	-	7.222	7.222

8. Fornecedores

Os saldos de fornecedores são compostos pelas contas abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
O&M	359	415
Materiais	113	348
Serviços de terceiros	152	65
Aluguel	0	15
Outros	146	80
Provisão de custo de construção (a)	4.368	7.546
Total	5.138	8.469

(a) Provisão referente a itens previstos no contrato de construção ainda não realizados, com expectativa de realização ao longo de 2024

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Empréstimos

Movimentações contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	31/12/2023	31/12/2022	Vencimento	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros)
Financiamento BNB (i)	202.835	208.714	15/11/2038	Mensal	IPCA + 3,3467%
Juros	7.312	7.743			
Total	210.147	216.457			

(i) Contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste (BNB), número 5.2018.905.5889 no valor de R\$211.352.890,52 celebrado em 11 de outubro de 2018, garantido por fiança bancária emitida pelo Itaú BBA em 30 de abril de 2019, a qual foi renovada até 18 de janeiro de 2024. O empréstimo possui cláusulas de vencimento antecipado não vinculadas ao desempenho financeiro da companhia. Em 31 de dezembro de 2023 não havia parcelas inadimplidas

A movimentação do empréstimo, financiamento e encargos de dívida está demonstrada a seguir:

Empresa / Operação	31/12/2022	Despesa de Juros	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	31/12/2023
Financiamento BNB (I)	216.457	14.852	(5.879)	(15.283)	210.147
	216.457	14.852	(5.879)	(15.283)	210.147
Total circulante	6.108				13.952
Total não circulante	210.349				196.195

O financiamento, classificado no passivo não circulante, tem seu vencimento assim programado:

	<u>31/12/2023</u>
2025	7.279
2026	7.247
2027	8.313
2028	8.913
2029 a 2038	164.443
	<u>196.195</u>

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Debêntures

Movimentações contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	31/12/2023	31/12/2022	Vencimento	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros)
1ª Emissão de Debêntures (a)	37.076	35.946	15/03/2034	Semestral	IPCA + 5,3649%
Juros	558	556			
Total	37.634	36.502			

(a) Emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, emitida em 16 de setembro de 2019 no valor total de R\$27.000.000. Recursos utilizados em despesas relativas à implantação das linhas de transmissão. Amortizações semestrais com primeira parcela em 15 de setembro de 2023.

Não houve descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas, inexistindo evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Empresa / Operação	31/12/2022	Despesa de Juros	Pagamentos de Principal	Pagamentos de Juros	31/12/2023
1ª Emissão de Debêntures (i)	36.502	3.638	(559)	(1.947)	37.634
	36.502	3.638	(559)	(1.947)	37.634
Total circulante	437				1.915
Total não circulante	36.065				35.719

As debêntures, classificadas no passivo não circulante, tem seu vencimento assim programado:

	31/12/2023
2025	2.060
2026	2.395
2027	3.490
2028	5.414
2029 a 2034	22.360
	35.719

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Partes relacionadas

Segue abaixo a movimentação dos dividendos a pagar:

	Saldo em 31/12/2022	Reversão de reserva de lucros	Dividendos propostos	Pagamentos de dividendos	Saldo em 31/12/2023
Sertões Holding S.A.	8.602	18.115	11.588	(26.818)	11.487
Total	8.602	18.115	11.588	(26.818)	11.487

12. Imposto de renda e contribuição social a pagar

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido diferido, são calculados sobre os valores de receitas do Ativo de Contrato, e são revertidos quando a companhia reconhece a RAP:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro presumido		
Receita anual permitida	4.916	56.928
Receita CDE	61.667	2.826
Receita operacional	66.583	59.754
Base presunção IRPJ 8%	5.327	4.780
Base presunção CSLL 12%	7.990	7.170
Receitas financeiras	3.101	1.470
IRPJ		
Base de IRPJ lucro presumido	8.428	6.250
Despesa de IRPJ	(2.083)	(1.539)
CSLL		
Base de CSLL lucro presumido	11.091	8.640
Despesa de CSLL	(998)	(778)
Total de despesas IRPJ/CSLL	(3.081)	(2.317)

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.1 Imposto de renda e contribuição social a pagar

A movimentação de IRPJ e CSLL está demonstradas a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial dos impostos a pagar	570	438
Impostos calculados	3.081	2.317
Impostos deduzidos	(621)	(236)
Impostos pagos	(2.432)	(1.949)
Saldo final dos impostos a pagar	598	570

13. Provisão contingente

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui 24 processos de servidão e 2 de reparação de danos materiais com prognóstico provável

	31/12/2023	31/12/2022
Constituições de Provisões – Prováveis	741	357
Total	741	357
Circulante	-	357
Não circulante	741	-

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é representado somente por ações ordinárias, da seguinte forma:

	31/12/2023			31/12/2022		
	Quantidade de ações	Valor	% do capital social	Quantidade de ações	Valor	% do capital social
Sertões Holding	90.435.006	148.043	100%	90.435.006	148.043	100%
	90.435.006	148.043	100%	90.435.006	148.043	100%

Houve aumento de capital aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de setembro de 2022 no valor de R\$5.000, com a consequente emissão 5.000.000 de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de R\$1,00 (um real) por ação, totalmente subscrita e integralizada na data.

Em 14 de novembro de 2022 a companhia V2I Energia S.A. transferiu 88,32% das ações que detinha sobre a LEST para a companhia Sertões em contrapartida a subscrição e integralização de capital na Companhia.

Em 23 de dezembro de 2022 houve um novo aumento de capital no valor de R\$72.168, com a consequente emissão 14.559.962 de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de R\$1,00 (um real) por ação, totalmente subscrita e integralizada na data.

Na mesma data a companhia V2I transferiu o restante das ações que detinha sobre a LEST para a companhia Sertões em contrapartida a subscrição e integralização de capital na Companhia.

Não houve alteração no capital social durante o exercício de 2023.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Patrimônio Líquido--Continuação

Reserva Legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social, fixado pela legislação societária.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	48.789	36.221
Reserva legal (5%)	2.439	1.811
Saldo inicial	10.828	9.017
Calculado no ano	2.439	1.811
Total	13.267	10.828

Dividendos

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76 e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. Conforme divulgado no estatuto social da Companhia, “do saldo, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, se existente, 25% (vinte e cinco por cento) serão atribuídos ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	48.789	36.221
Reserva legal (5%)	(2.439)	(1.811)
Base para dividendos	46.350	34.410
Alíquota	25%	25%
Dividendos propostos	11.588	8.602

Reserva de lucro

Essa reserva é constituída com o saldo remanescente do resultado ajustado, com a finalidade de futura incorporação ao capital social e/ou distribuição aos acionistas. O saldo desta reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, não poderá ultrapassar o capital social, sob pena de capitalização ou distribuição do excesso, tendo em vista o previsto na Lei 11.638/07.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Patrimônio Líquido--Continuação

<u>Reserva de lucro--Continuação</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício societário	48.789	36.221
Reserva legal (5%)	(2.439)	(1.811)
Dividendos propostos	(11.588)	(8.602)
Reserva de lucros	34.762	25.808
Movimentação da reserva de lucro		
Saldo inicial	113.632	97.554
Reversão de reserva para pagamento de dividendos	(18.115)	-
Calculado no ano	34.762	25.808
Dividendos pagos	-	(9.730)
Total	130.279	113.632

Lucro por ação

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício societário	48.789	36.221
Lucro por ação	0,5395	0,4005

Prejuízos acumulados

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo inicial	(203.099)	(178.930)
Lucro do exercício regulatório	24.004	12.052
Constituição das reservas	(37.207)	(27.619)
Dividendos	(11.588)	(8.602)
Saldo final	(227.884)	(203.099)

15. Receita operacional líquida

A reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida é assim demonstrada:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita anual permitida	61.666	56.928
Receita CDE	4.916	2.826
Encargos do consumidor	(886)	(812)
PIS e COFINS sobre faturamento	(2.430)	(2.181)
Total	63.266	56.761

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Custos dos bens construídos e serviços prestados

Os saldos dos custos e despesas operacionais especificados na demonstração de resultado do exercício possuem a seguinte composição por natureza de gosto.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Custo com serviços tomados	(4.551)	(4.219)
Custo com depreciação e amortização	(10.750)	(9.545)
Custo com baixa de imobilizado	-	(9)
Custo com pessoal	(465)	-
Custo com materiais	(273)	(184)
Custo com locação de veículos	(81)	(20)
Custo com impostos e taxas	(14)	(10)
Custo com energia elétrica	(301)	(253)
Demais custos	(547)	(315)
Reversão de provisão (i)	2.621	-
Total	<u>(14.361)</u>	<u>(14.555)</u>

- (i) O montante refere-se à reversão de custos provisionados os quais anteriormente foram reconhecidos no passivo, que após revisão a Administração concluiu que as condições e eventos que originaram a provisão inicialmente estimada não se materializaram conforme previsto, resultado na reavaliação da probabilidade de saída de caixa associada a esses custos.

17. Outras despesas e receitas operacionais

Os saldos de outras despesas e receitas operacionais são compostos pelas contas abaixo:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Serviços de terceiros tomados	(990)	(1.415)
Despesas com internet e telefonia	(460)	(1)
Despesas com pessoal	-	(252)
Depreciação e amortização	(14)	(20)
Outras despesas operacionais	(166)	(489)
Total	<u>(1.630)</u>	<u>(2.177)</u>

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Resultado financeiro

Os saldos do resultado financeiro são compostos pelas contas abaixo:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Juros e variações monetárias (i)	(18.489)	(22.511)
IOF, comissões e taxa	(4.673)	(4.609)
Multa e acréscimos moratórios	(40)	(10)
Outras despesas financeiras	(89)	-
Despesas financeiras	(23.291)	(27.130)
Receita com aplicação financeira	2.824	1.470
Outras receitas financeiras	277	-
Receitas financeiras	3.101	1.470
Resultado financeiro, líquido	(20.190)	(25.660)

(i) O valor de juros sobre empréstimos tomados em 31/12/2023 é R\$14.851 e em 31/12/2022 é R\$18.774. O valor de juros e atualização monetária das debêntures em 31/12/2023 é de R\$3.638 e em 31/12/2022 é de R\$3.737.

19. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

	Modalidade	Importância segurada	Período de Vigência
Seguro Tokio Marine (a)	Risco Operacional	70.000	08 de maio de 2023 até 08 de maio de 2024
Chubb Seguros Brasil (b)	Responsabilidade Civil Geral	20.000	07 de maio de 2023 até 07 de maio 2024

(a) Seguro de risco operacional, com apólice 1800002580133, emitido pela Tokio Marine Seguradora, com limite máximo de indenização de R\$70 milhões e um prêmio anual no valor de R\$ 351.

(b) Seguro de Responsabilidade Civil Geral, com apólice 16.51.0038752.12, pela Chubb Seguros Brasil, relativas a reparações por danos involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, com limite máximo de indenização de R\$20 milhões. e um prêmio anual no valor de R\$ 37.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2023, os instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial são como segue:

	<u>Nível</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativos mensurados ao valor justo pelo resultado			
Caixa e equivalente de caixa	2	16.458	19.195
Ativos mensurados pelo custo amortizado	<u>Nível</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Concessionárias e permissionárias	2	7.690	5.365
Passivo mensurados pelo custo amortizado	<u>Nível</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Empréstimos	2	210.147	216.457
Debêntures	2	37.634	36.502
Fornecedores	2	5.138	8.469

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e
- Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Os saldos contábeis dos instrumentos mensurados ao custo amortizado se aproximam de seu valor de mercado.

20.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

a) Risco de crédito

Salvo pelas contas a receber (ativo da concessão) e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no período. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa

20.1 Fatores de risco financeiro --Continuação

tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo nos e os encargos regulatórios.

O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.

b) Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, O índice de endividamento é de 1,15253% em 31 de dezembro de 2023.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices,

até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

d) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

20.2. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

21. Evento subsequente

A Companhia não reconhece nenhum evento subsequente relevante até o levantamento das Demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações contábeis societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador, apresentada no MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933/2021, de 28 de maio de 2021. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
 31 de dezembro de 2023 e 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário--Continuação

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	31/12/23 regulatório	Ajuste	31/12/23 societário	31/12/22 regulatório	Ajuste	31/12/22 societário (A)
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	16.458	-	16.458	19.195	-	19.195
Contas a receber de clientes	7.690	-	7.690	5.365	-	5.365
Tributos a recuperar	1.009	-	1.009	1.259	-	1.259
Concessão do serviço público (ativo de contrato) (i)	-	54.461	54.461	-	51.998	51.998
Outros ativos circulantes	334	-	334	127	-	127
Total do Ativo Circulante	25.491	54.461	79.952	25.946	51.998	77.944
Não Circulante						
Realizável a longo prazo						
Tributos a recuperar	112	-	112	112	-	112
Concessão do serviço público (ativo de contrato) (i)	-	516.171	516.171	-	503.588	503.588
Depósitos judiciais e cauções	602	-	602	-	-	-
Imobilizado (ii)	297.175	(297.123)	52	307.907	(307.874)	33
Intangíveis (ii)	7.222	(7.222)	-	7.222	(7.222)	-
Total do Ativo Não Circulante	305.111	211.826	516.937	315.241	188.492	503.733
Total do Ativo	330.602	266.287	596.889	341.187	240.490	581.677
Passivo						
Circulante						
Fornecedores	5.138	-	5.138	8.469	-	8.469
Empréstimos	13.952	-	13.952	6.108	-	6.108
Debêntures	1.915	-	1.915	437	-	437
Dividendos a pagar	11.487	-	11.487	8.602	-	8.602
Imposto de renda e Contribuição social a pagar	598	-	598	570	-	570
Provisão contingente (i)	-	-	-	357	-	357
Imposto de renda e Contribuição social diferidos (iii)	-	-	-	-	1.602	1.602
Outros passivos circulantes	1.152	-	1.152	826	-	826
Total Passivo Circulante	34.242	-	34.242	25.369	1.602	26.971
Não Circulante						
Empréstimos	196.195	-	196.195	210.349	-	210.349
Debêntures	35.719	-	35.719	36.065	-	36.065
Passivo fiscal diferido (iii)	-	20.828	20.828	-	20.279	20.279
Imposto de renda e Contribuição social diferidos (iii)	-	17.575	17.575	-	15.510	15.510
Provisão contingente	741	-	741	-	-	-
Total Passivo Não Circulante	232.655	38.403	271.058	246.414	35.789	282.203
Patrimônio Líquido						
Capital social	148.043	-	148.043	148.043	-	148.043
Reserva legal	13.267	-	13.267	10.828	-	10.828
Reserva de lucros	130.279	-	130.279	113.632	-	113.632
Prejuízos acumulados (iv)	(227.884)	227.884	-	(203.099)	203.099	-
Total Patrimônio Líquido	63.705	227.884	291.589	69.404	203.099	272.503
Total Passivo e do Patrimônio Líquido	330.602	266.287	596.889	341.187	240.490	581.677

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
 31 de dezembro de 2023 e 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário--Continuação

Demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

		31/12/23 regulatório	Ajuste	31/12/23 societário	31/12/22 regulatório	Ajuste	31/12/22 societário
Receita operacional líquida	(v)	63.266	14.499	77.765	56.761	15.007	71.768
Custos dos bens construídos e serviços prestados	(vi)	(14.361)	10.750	(3.611)	(14.555)	9.575	(4.980)
Resultado operacional bruto		48.905	25.249	74.154	42.206	24.582	66.788
Despesas e receitas operacionais							
Outras despesas e receitas operacionais		(1.630)	-	(1.630)	(2.177)	-	(2.177)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		47.275	25.249	72.524	40.029	24.582	64.611
Despesas financeiras		(23.291)	-	(23.291)	(27.130)	-	(27.130)
Receitas financeiras		3.101	-	3.101	1.470	-	1.470
Resultado financeiro líquido		(20.190)	-	(20.190)	(25.660)	-	(25.660)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		27.085	25.249	52.334	14.369	24.582	38.951
Contribuição social		(998)	-	(998)	(778)	-	(778)
Imposto de renda		(2.083)	-	(2.083)	(1.539)	-	(1.539)
Contribuição social diferida	(iii)	-	(163)	(163)	-	(145)	(145)
Imposto de renda diferido	(iii)	-	(301)	(301)	-	(268)	(268)
Lucro líquido do exercício	(vii)	24.004	24.785	48.789	12.052	24.169	36.221

(A) Outras considerações sobre os valores correspondentes

Certos valores correspondentes do balanço patrimonial societário referentes a 31 de dezembro de 2022, apresentados nas demonstrações contábeis para fins de comparação, foram reclassificados para melhor comparabilidade, em função dos seguintes itens:

		31/12/2022 Divulgado	Ajuste	31/12/2022 Reclassificado
Ativo				
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	(i)	50.100	1.898	51.998
Ativo circulante		76.046	1.898	77.944
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	(i)	485.207	18.381	503.588
Ativo não circulante		485.352	18.381	503.733
Ativo Total		561.398	20.279	581.677
Passivo				
Passivo circulante		26.971	-	26.971
Pis e Cofins Diferido	(i)	-	20.279	20.279
Passivo não circulante		261.924	20.279	282.203
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		561.398	20.279	581.677

(i) Apresentação destacada em diferentes contas patrimoniais dos valores correspondentes ao efeito do Gross Up de Pis e Cofins no cálculo do ativo de contrato, refletindo, portanto, a aplicação do item 7.10 do CPC 00 (R2) – Estrutura conceitual para relatório financeiro sobre a compensação de saldos;

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário--Continuação

(i) Ativo de contrato e concessão

A Companhia aplicou o CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes, a partir de 1º de janeiro de 2018, com base no método retrospectivo modificado. Os impactos advindos desta aplicação, referem-se basicamente a reclassificação dos saldos anteriormente registrados como ativos financeiros, para ativos de contrato de concessão.

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas (i) quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente; (ii) quando for possível identificar os direitos; (iii) quando houver substância comercial; e (iv) quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de implementação da infraestrutura – Serviços da implementação, ampliação, reforço e melhorias de instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de implementação de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos, acrescidos de margem.

A receita de implementação de infraestrutura é reconhecida em contrapartida ao ativo de contrato, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de performance de operar e manter. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de performance de construir, torna-se um ativo financeiro (contas a receber de concessionárias e permissionárias), pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido.

b) Remuneração do ativo de contrato de concessão – Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto então sofre alterações posteriores.

c) Receita de correção monetária do ativo de contrato de concessão – Correção reconhecida a partir da operacionalização do empreendimento com base no índice de inflação definido para cada contrato de concessão.

d) Receita de operação e manutenção – Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, cujo reconhecimento inicia-se a partir da operacionalização do empreendimento. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário--Continuação

(i) Ativo de contrato e concessão--Continuação

Considerando que para fins regulatórias, deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado, todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) correspondentes.

(ii) Imobilizado e intangível

Considerando que para fins regulatórias deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado e intangível, os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção do CPC 47 nas demonstrações financeiras societárias, o ativo imobilizado e o ativo intangível da Companhia, foram reconhecidos como ativo de contrato de concessão (CPC 47), vide nota de ajuste (i). Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado, ativo intangível e obrigações especiais. As premissas específicas para o ativo imobilizado, ativo intangível e obrigações especiais, reconhecidos na contabilidade regulatória são garantir que não sejam refletidos os impactos da adoção do CPC 47 e que os valores estejam registrados contabilmente pelo valor homologado pela ANEEL. Como a Companhia não está sujeita à revisão tarifária os valores considerados são os custos históricos.

O intangível de concessão refere-se à alocação de mais valia decorrente das combinações de negócios registradas pela Companhia. Para fins societários, esse saldo é classificado como ativo de contrato.

(iii) Impostos e contribuições sociais correntes e diferidos

Os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 e CPC 06 (R2) foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso IR e CSLL correntes e diferidos.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário--Continuação

(iv) Patrimônio líquido

Saldo referente à diferença entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória, decorrente do efeito da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e não considerado nas demonstrações contábeis regulatórias.

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio líquido societário	291.589	272.503
Ativo de contrato de concessão (CPC 47)	(570.632)	(555.586)
Imobilizado, intangível e investimentos (CPC 47)	304.345	315.096
PIS e COFINS diferido (CPC 47)	20.828	20.279
Imposto de renda e contribuição social diferidos (CPC 47)	17.575	17.112
Patrimônio líquido regulatório	63.705	69.404

(v) Receita

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de operação e manutenção, receita de construção e indenização e remuneração do ativo financeiro de concessão, quando aplicável, decorrentes da aplicação do CPC 47. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão na fase de operação e os efeitos do CPC 47 são desconsiderados.

(vi) Custos e despesas operacionais

Todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações contábeis regulatórias, incluindo o custo de implementação de infraestrutura e os gastos de melhoria registrados no resultado no grupo de "Custos operacionais" na rubrica "Material", quando aplicável. Para fins regulatórios, esses gastos de melhoria, que não possuem RAP adicional, são capitalizados e registrados como ativo imobilizado conforme o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico quando aplicável.

As despesas de depreciação e amortização referentes ao ativo imobilizado e/ou intangível, reconhecidas para fins regulatórios, são apropriadas ao resultado conforme o disposto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

22. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário--Continuação

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(vii) Resultado líquido do exercício

A diferença entre o resultado auferido na contabilidade societária para aquele apurado para fins regulatórios, decorre do efeito da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Resultado líquido societário	48.789	36.221
Receita bruta (CPC 47)	(14.497)	(15.007)
Custo operacionais - Materiais (CPC 47)	(10.751)	(9.575)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (CPC 47)	463	413
Resultado líquido regulatório	<u>24.004</u>	<u>12.052</u>

* * *

DIRETORIA EXECUTIVA

Ana Paula Pousa Bacaltchuc De Salles Fonseca
Diretora

Vagner Alexandre Serratto
Diretor

RESPONSÁVEL TÉCNICO PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Leandro Barbalho de Brito
Contador CRC-RJ 092.334/O-9